

Brandes defende “tarifa social”

A injustiça social é um triste fato que acompanha, infelizmente, nossa evolução histórica. Esta situação agravou-se, inclusive, durante os últimos 20 anos, período em que vivemos sem democracia, quando foi instaurada no País uma severa política, de concentração de renda que tornou o rico mais rico e o pobre mais pobre. A afirmação é do candidato a deputado federal, Francisco Pinheiro, Brandes, destacando ser necessário o estabelecimento de uma política social mais justa no tocante ao pagamento das tarifas de serviço público.

Segundo Francisco Brandes, o governo deve instituir tarifas diferenciadas entre os consumidores de menor e maior poder aquisitivo. Água, luz, por exemplo, são serviços essenciais que, a preço de hoje, afetam significativamente o já reduzido orçamento do trabalhador — que vive de salário mínimo —, ao passo que para os mais abastados

financeiramente é um valor sem expressão. Por outro lado, diz ele, é inquestionável o fato de que percebe baixo salário, pois sua remuneração, que é insuficiente para manter condignamente sua família, não pode continuar sendo confiscada para ajudar compulsoriamente o Estado.

Para Brandes, a justiça social somente poderá ser efetivamente viabilizada no País se conseguir remover, dentre outras coisas, a carga tributária que constitui-se num grande peso depositado sobre os ombros da classe média. Ainda dentro deste raciocínio, segundo o candidato, é fundamental, também, que se concentre esforços no sentido de reforçar nosso ordenamento político de modo a abrir os olhos da justiça para se evitar a impunidade daqueles que são responsáveis por negócios onde prevalece o interesse coletivo.